

Patrimônio cultural e memória

José Roberto SEVERINO¹ e Adalberto Silva SANTOS²

A historiografia das políticas culturais no Brasil nos apresenta ausências e lacunas por todo o período colonial e até mesmo no Império. Na República temos esforços na busca de uma identidade brasileira. Nos anos 20 existem iniciativas em vários estados brasileiros no sentido de preservar o patrimônio: São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Muitas das iniciativas vinham de jovens poetas e grupos modernistas da oligarquia, na busca de mecanismos para preservar as cidades edificadas no período colonial e que vinham sofrendo com a urbanização crescente. É neste contexto que são criadas as Inspetorias Estaduais de Patrimônio, Minas Gerais (1926), Bahia (1927), Pernambuco (1928). Outra experiência foi o departamento de cultura de São Paulo, principalmente o trabalho das divisões, uma delas comanda por Mario de Andrade, a Divisão de Expansão Cultural, responsável pelo Teatro, cinemas, rádio-escola e a Discoteca Pública Municipal. Na Discoteca, cuidadosamente organizado por Oneyda Alvarenga, primeira diretora da Discoteca Pública de São Paulo, existe um acervo, fruto de uma concepção de patrimônio que não prevaleceu à época. Os registros da Missão de Pesquisas Folclóricas, que buscava reunir o acervo da cultura brasileira em sua diversidade, cujo próprio nome definiu o locus de seus esforços: folclore. Neste sentido, as dimensões da cultura popular foram registradas e encaminhadas para os museus, sem um resultado nas políticas de patrimônio que ora se desenrolavam. Interessante observar a frustrada participação de Mário de Andrade na Gestão Capanema. Pois no tocante às ações de preservação, foi o ministro Gustavo Capanema, ao qual estava subordinado o setor nacional da cultura durante o governo Getúlio Vargas, quem teve a responsabilidade de promover políticas para o patrimônio. As ações desenvolvidas pelo Serviço do Patrimônio Histórico Nacional – SPHAN (posteriormente Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional - IPHAN), criado em 1937, em pleno Estado Novo, institucionalizou a prática do tombamento como instrumento central de uma política de preservação que dava fulcro ao projeto getulista de constituição da ideia de identidade nacional por meio da preservação e da conservação do patrimônio físico. Neste sentido, o órgão é focado na arte colonial brasileira,

¹ UFBA – Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Comunicação. Salvador, Bahia – Brasil. E-mail: jseverino@ufba.br

² UFBA – Universidade Federal da Bahia -. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador, Bahia – Brasil. E-mail: adalbertosantos@ufba.br

como representante de nossa identidade católica e lusitana em oposição silenciosa às práticas religiosas de matriz africana ou nativas.

Não é difícil perceber como os mecanismos adotados por diversas gestões públicas para levar à sociedade brasileira o imaginário moderno estiveram pautados em propósitos e estratégias articulados em nome da nação que tinham o povo como protagonista. No modelo brasileiro que marca a nossa entrada nas políticas culturais pode-se perceber como a tentativa do regime getulista de introduzir o Brasil no cenário moderno esteve pautado na produção de uma memória nacional única, livre dos acordes dissonantes dos regionalismos e das diferenças.

A celebração da antiguidade barroca se constitui na possibilidade de inscrição do passado no cotidiano, por meio do apelo ao memorável. Através da potencialização das referências ao passado barroco que sobreviviam no cenário urbano de cidades coloniais brasileiras, instaurou-se a possibilidade de uma reflexão sobre brasilidade, pautada em elementos selecionadas a partir da prática de tombamento, adotada pelo SPHAN, que davam sentido ao passado e ao mesmo tempo produzia uma “imagem” do presente. Fragmentos e restos do passado colonial brasileiro foram (re)significados para a produção de novos signos que davam sustentação ao ideário de uma cultura nacional coerente.

As ações do SPHAN constituíram-se num importante passo para a consolidação de um campo de atuação no âmbito das políticas para o patrimônio e memória nacional, mas, ao longo do processo que trouxe a sociedade brasileira ao contemporâneo, muitas correções foram implantadas no sentido da ampliação da noção de patrimônio nacional e das práticas de preservação adstritas. Como marco importante pode-se destacar as ações adotadas quando Aloísio de Magalhães atuou no âmbito das políticas de preservação e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial em 2000.

Gradativamente, processos e práticas culturais começaram a ser vistos como patrimônio. A noção de patrimônio desencadeada a partir da década de 1980 passa a incorporar bens culturais que não têm necessidade de mediação de objetos. A Constituição de 1988 dá um passo fundamental ao inserir narrativas existentes fora do padrão moderno europeu como referência à identidade nacional. Desse modo, amplia a noção de patrimônio brasileiro, incluindo a referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Em certa medida, o texto constitucional reflete os avanços nos debates e críticas dirigidas ao projeto da modernidade, sobre seus conceitos fundamentais. Na década anterior,

os discursos sobre a sociedade contemporânea começaram a privilegiar a heterogeneidade e diferença como forças centrais para a redefinição do discurso cultural. O descrédito nos discursos universais ou totalizantes, aquilo que Jean-François Lyotard chama de “grandes narrativas”, é o marco do pensamento que dá substância à formulação das políticas de patrimônio e memória engendradas pelo Brasil pós-abertura política e que se percebe no texto constitucional. Contudo, é somente doze anos após a promulgação da Constituição, ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que o Decreto nº 3551 de 18 de agosto de 2000 cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e institui o registro de bens culturais de natureza imaterial.

Ao longo dessa trajetória pode-se perceber a estreita relação das políticas nacionais de patrimônio com os projetos de produção da identidade nacional. Cada modelo de gestão pública idealizou um “retrato” da nação brasileira e utilizou as políticas de preservação e registro da memória nacional como referência da face da nação que interessava ao projeto político em curso. Da preservação do patrimônio de “pedra e cal” de origem colonial, desencadeado pelo SPHAN na década de 1930, à referência à identidade, à memória dos diversos grupos formadores da identidade nacional, proposta pela Constituição de 1988, vemos sobrepor-se modelos e tendências no campo do patrimônio implicados com o conjunto de interesses e forças que marcam as diversas fases da política nacional.

Não se pode esquecer que a atuação na produção social da memória coletiva e do esquecimento foi uma das preocupações centrais dos regimes autoritários que dominaram a sociedade brasileira; no entanto, não se pode afirmar que apenas uma memória unificada e monolítica sobreviveu à ditadura Vargas e militar. O que se percebe hoje é uma acentuada proliferação de memórias particulares que têm como objetos e como autores os grupos sociais antes excluídos do discurso oficial. Esses grupos têm encontrado nas políticas culturais e, sobretudo, nas políticas de preservação do patrimônio o “locus” ideal para empreender esforços para conduzir processos identitários que veem redefinido posições e interesses diante da sociedade.

Se, no início, a noção de patrimônio nacional estava intimamente ligada à necessidade de referências para a construção de uma identidade comum a um povo que compartilha o mesmo território, ao longo dessa trajetória veem-se duas novas concepções afirmarem-se. Primeiramente a noção de que no contexto nacional existem culturas diversas e plurais, ou seja, a ideia de que a nação brasileira comporta infinidade de culturas e a noção de que a cultura congrega bens materiais e imateriais.

A ideia de povo, que dava sustentação ao projeto de identidade nacional, vê-se atravessada por uma nova concepção. A narrativa totalizadora de povo enquanto unidade, como sujeito da nação, cede lugar à concepção de povo segmentado, formado por uma multiplicidade de culturas. Nesse ínterim as políticas de patrimônio se constituem no “lócus” ideal para a promoção da diversidade cultural brasileira. O Governo Lula assume a tendência evidenciada pela Constituição de 1988, incorporando o Programa Monumenta à estrutura do IPHAN, diversificando as linhas de financiamento e descentralizando as atribuições para a preservação do patrimônio material, ao mesmo tempo em que as ações relativas ao PNPI são intensificadas.

Passar em revisão os marcos regulatórios e as ações empreendidas no âmbito da preservação do patrimônio e da memória implica entender o projeto de produção da identidade nacional. Nesse sentido, os textos apresentados nesse dossiê refletem sobre as tendências atuais para a preservação de patrimônios e memórias.